

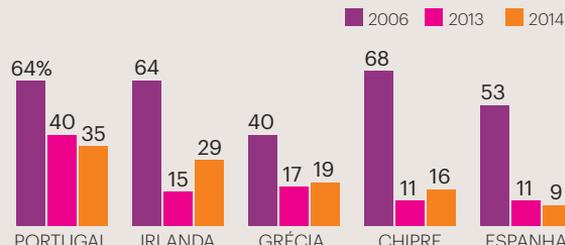
Estamos calmos com os nossos 137.846 milhões nos bancos?

Caíram quatro bancos em oito anos, e os índices de confiança no sector desceram. Mesmo assim, os depósitos estão a subir, protegidos até 100.000 euros. Acreditamos mais nos funcionários do que nas instituições financeiras, o que, por vezes, pode ser uma armadilha

Mais desconfiança, mas depósitos a subir

Peso do "sim" à pergunta:

"Tem confiança nas instituições financeiras ou bancos?"



Fonte: Gallup

Depósitos e equiparados de particulares (inclui emigrantes). Saldo em final de mês



Fonte: Banco de Portugal

Luís Villalobos

Em apenas oito anos, Portugal assistiu ao fim abrupto de quatro bancos (BPN, BPP, BES e Banif), e cada um destes casos, diferentes entre si, provocou abalos na forma como os depositantes olham para as instituições financeiras, com maior inquietação e nervosismo.

“Para as gerações actuais”, diz António Júlio Almeida, dirigente da Sefin (Associação Portuguesa dos Utilizadores e Consumidores de Serviços Financeiros), era “impensável que os bancos falissem”. “Diversos estudos apontam para uma quebra acentuada da confiança dos portugueses nas instituições financeiras com sede em Portugal nos últimos seis a sete anos, bem como no Banco Central Europeu”, refere Cláudia Lopes, que, juntamente com Vânia Costa, elaborou um trabalho no âmbito do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, intitulado *O Meu Banco Aconselhou-me: a importância da confiança nas escolhas financeiras*.

Para esta investigadora, actualmente docente do departamento de Ciência Política da Universidade de Cambridge, “a quebra de confiança está naturalmente relacionada com a sucessão de falências de bancos nacionais e internacionais e com o impacto da crise financeira no plano social, político e económico. A confiança alicerça-se em três pilares que foram fragilizados no caso dos bancos: competência, honestidade e benevolência (importarem-se com as pessoas)”.

De acordo com dados compilados pela empresa de sondagens Gallup, apenas 35% dos inquiridos em Portugal, em 2014, afirmavam ter confiança nas instituições financeiras ou bancos. Em 2006, eram 64%. Dos cinco países europeus que foram alvo recente de algum tipo de intervenção financeira externa, Portugal é o único que perde pontos entre 2013 e 2014 (ver infografia), ano em que o BES foi intervencionado.

Mesmo assim, entre os cinco mercados analisados, Portugal tinha o indicador menos negativo, ficando seis pontos percentuais acima da Irlanda, e a larga distância da Espanha. “Esta singularidade portuguesa pode ser explicada pela perseguição e mediação da crise nos respectivos países.

So contrário da Espanha, Espanha e Chipre, em que a crise foi apresentada sobretudo como uma crise bancária, no caso de Portugal, a crise foi retratada como resultado da elevada dívida externa do país, a chamada “crise da dívida soberana”, contextualiza Vânia Costa, que tem em curso um doutoramento em Psicologia Cognitiva na Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

Se os bancos são o coração do actual sistema económico, os depósitos são a sua principal força de suporte. Quem deposita dinheiro num banco está a emprestar-lhe a sua riqueza, e, em troca, o banco paga um juro. O que acontece é que, pelo menos desde o século XVII (a inovação veio do Norte da Europa), os bancos não guardam todo o dinheiro que lhes foi confiado. Fazem-no circular pela economia através da concessão de créditos (ganhando com isso) e pedem ainda mais dinheiro emprestado a outras instituições, de modo a potenciar os seus negócios. Assim, o maior pesadelo de uma instituição financeira, e dos seus pares, é uma corrida aos depósitos. Sem capacidade para pagar, isso significa o seu fim.

Nas vésperas das intervenções efectuadas no BES e no Banif, centenas de milhões de euros que estavam nestes bancos foram retirados por depositantes, com receios sobre o seu futuro, pressionando ainda mais as instituições e as autoridades.

Uma questão de protecção

No entanto, se a confiança face aos bancos já conheceu dias melhores, o facto é que, mesmo assim, os depósitos de particulares no sistema financeiro têm continuado a crescer. De acordo com os últimos dados do Banco de Portugal, o valor acumulado em Dezembro do ano passado estava nos 137.846 milhões de euros, atingindo um novo máximo. No caso de Portugal, há a particularidade de o peso dos particulares representar cerca de metade do total dos depósitos (o seu peso tem aumentado), quando a média na UE é de 38%.

As informações disponíveis mostram que os depósitos com prazo inferior a um ano são os que têm maior expressão, numa conjuntura de baixas taxas de juro, e muito dinheiro está mesmo à ordem, podendo assim ser movimentado a qualquer

momento. A subida dos depósitos tem sido advogada pelo Banco de Portugal como a prova de que, nestes últimos anos, foi salvaguardada a confiança no sistema financeiro. Cláudia Lopes, no entanto, defende que isso “não quer dizer que as pessoas confiam nos bancos”, mas antes que se sentirão protegidas por haver uma garantia que cobre os depósitos até 100.000 euros. A Sefin também não faz uma ligação directa entre a subida dos depósitos e a confiança, mas relaciona-a com a “situação de crise, que acentua a preocupação e a vontade de prevenir o futuro”.

Criado no final de 1992, o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem a responsabilidade de cobrir os depósitos até 100.000 euros (até 2008, o valor era de 25.000, mas a fasquia subiu para manter a confiança). No

O maior pesadelo de uma instituição financeira, e dos seus pares, é uma corrida aos depósitos

entanto, o FGD está longe de ter nos seus cofres o equivalente ao universo sob sua responsabilidade. No final de 2014, o valor total de depósitos a cobrir pelo Fundo era de 121.058 milhões de euros, tendo recursos próprios de 1540 milhões. O nível de capitalização do FGD é, assim, de 1,3%, uma percentagem que fica acima dos 0,8% impostos a nível europeu.

Se a ocorrência de um pesadelo se concretizasse, e o FGD ficasse sem capacidade de cumprir a sua missão, está estipulado que este pode obter contribuições especiais ou empréstimos (junto de outros sistemas de garantia da UE, do Banco de Portugal e do Estado). Isto numa altura em que a união bancária está a dar os seus primeiros passos para uma cobertura a nível europeu.

Um estudo feito em 2013 por três investigadores da Universidade de Granada, intitulado *Trust in Bank: evidence from the Spanish financial crisis*, sugere que a solução para a descida de confiança deverá ter

origem nos próprios bancos. Para o responsável da Sefin, “o aumento da complexidade do sistema financeiro contribuiu para tornar mais opaca e menos transparente a actividade financeira, que ficou menos controlável pelos reguladores”, ao mesmo tempo que “fez disparar a iliteracia financeira”.

Vânia Costa acrescenta que, “num cenário de crescente sofisticação do sector financeiro, as escolhas dos consumidores baseiam-se, sobretudo, no aconselhamento que recebem ao balcão do banco”. O problema surge quando “a confiança depositada no mesmo se torna prejudicial”, e as instituições financeiras “aproveitam de forma oportunista a relação de confiança para vender determinados produtos e serviços”. “A maioria dos consumidores ignora o facto de a informação obtida ao balcão estar direccionada para a venda de produtos e serviços ou ser determinada por comissões e incentivos”, acrescenta, dando como exemplo os lesados do GES/BES.

Curiosamente, a análise feita por Vânia Costa e Cláudia Lopes conclui que os índices de confiança dos clientes são maiores em relação aos funcionários dos bancos do que face às instituições financeiras. Para Cláudia Lopes, a confiança nos bancos foi abalada “em grande parte por notícias de escândalos e falências veiculadas pelos *media*, não se reflectindo na percepção de competência ou integridade dos funcionários do banco em matéria de aconselhamento financeiro”. Desta forma, diz, “as pessoas tendem a não considerar a motivação dos funcionários (incentivos, comissões) para vender determinados produtos, porque esta informação não está disponível”.

Assim sendo, levanta-se a questão de como resolver o problema. Para Vânia Costa, a solução seria regular as práticas comerciais das instituições financeiras, e que a actividade de aconselhamento financeiro fosse feita por profissionais credenciados.

Certo é que, numa altura em que se inicia o arranque das audições da comissão de inquérito parlamentar à intervenção no Banif, e que começa a segunda tentativa de venda do Novo Banco, espera-se que demore bastante tempo até haver outro caso que volte a afectar a confiança dos depositantes.

CISION

ID: 63438471



05-03-2016

Tiragem: 33162

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Preto e Branco

Área: 1,63 x 0,60 cm²

Corte: 3 de 3



| Banca |